

EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UFGD: OS DESAFIOS PARA O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

EUGENIA PORTELA DE SIQUEIRA MARQUES¹
MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS RIBEIRO²

Resumo: O artigo discute o acesso de pretos e pardos na graduação presencial da UFGD, a partir da implementação da Lei 12.711/2012, que prevê a reserva de cotas, no contexto das políticas de democratização da educação superior e das políticas de promoção da igualdade racial, fruto de reivindicação histórica do Movimento Negro. Para a realização da pesquisa optou-se pela análise pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Foram utilizados como instrumentos o questionário on-line e a entrevista estruturada. O estudo apontou que entre os fatores que dificultam a permanência estão o preconceito, a discriminação racial e racismo institucional, fatores que interferem no fortalecimento identitário. Indica também que os sujeitos da pesquisa enfrentam muitas dificuldades para se manterem na universidade, daí a necessidade de a instituição ampliar as ações que visam à permanência material e simbólica.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas afirmativas. Identidade negra

INTRODUÇÃO

O presente texto discute o acesso de pretos e pardos na graduação presencial da Universidade Federal da grande Dourados, a partir da implementação da lei objetiva contribuir com os estudos sobre o acesso e a permanência de da Lei 12.711/2012, que prevê a reserva de cotas, no contexto das políticas de democratização da educação superior e das políticas de promoção da igualdade racial, fruto de reivindicação histórica do Movimento Negro.

¹ Doutora em educação. Vice-Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD (PPGEdu). Líder do Grupo de pesquisa GEPRAFE/UFGD - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros NEAB/UFGD.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFGD (PPGEdu). Professora formadora da Coordenadoria Regional de Educação / Gestão Tecnológica de Naviraí. Membro do Grupo de Pesquisa GEPRAFE/UFGD - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores.

O estudo se insere na pesquisa de dissertação: “O fortalecimento da identidade negra no contexto da educação superior: um olhar sobre os negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais nos cursos de graduação da UFGD” apresentada no Programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados.

Para a realização da pesquisa optou-se pela análise pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário on-line e a entrevista estruturada.

AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL E NA UFGD

A adoção das políticas afirmativas no Brasil, além de buscar a reparação ou compensação das desigualdades entre negros e brancos, possibilitou o debate sobre racismo e discriminação racial, e também as reflexões sobre o pertencimento étnico-racial. O critério raça possui sentidos diferentes nas políticas afirmativas de alguns países, diferentemente do que acontece no Brasil, que adotou, nas políticas de cotas para o acesso à educação superior, esse critério.

Nesse sentido, as políticas afirmativas são medidas voltadas para a correção das desigualdades e a garantia de direitos, ou seja, visa a garantir a grupos excluídos meios e oportunidade de participação em todos os setores da sociedade. Segundo Jaccoud e Beghin (2002, p. 67), as ações afirmativas são políticas que:

Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem temporárias e por ser focalizadas no grupo discriminado; ou seja, por dispensarem, num determinado prazo um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. Essas ações não são sinônimas de políticas de cotas. Podem, por exemplo, organizar-se na forma de ações específicas de qualificação ou de estabelecimento de metas ao longo do tempo para ampliar a presença de negros em determinados espaços da vida social.

É pertinente ressaltar que as ações afirmativas não se restringem à reserva de vagas por meio do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades, conforme é o entendimento mais comum na sociedade. Elas são políticas públicas ou privadas

compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos, ou mesmo inexistentes. Ao direito à igualdade foi acrescentado o direito à diferença e à diversidade, cuja proteção advém do princípio da equidade.

A adoção de políticas afirmativas voltadas para a população negra fundamenta-se nos diversos dados de pesquisas e estudos sobre as desigualdades abissais entre negros e brancos que permaneceram na sociedade brasileira desde o período pós-escravidão, conforme identificamos nas pesquisas de Hasenbalg (1979) e Henriques (1990), entre outros. Visto que em todos os níveis da educação, verifica-se que a desigualdade permanece e que se acentua no ensino médio e superior.

Observamos que o primeiro mandato do presidente Lula (2003 -2008) foi profícuo, com inúmeras políticas afirmativas voltadas para a população negra. Moehlecke (2009) realizou um estudo sobre as incontáveis iniciativas efetivadas no governo Lula para atender às reivindicações e pressões do Movimento Negro no contexto das políticas de diversidade adotadas, principalmente no campo da educação.

No governo da Presidenta Dilma Rousseff, as ações afirmativas continuaram avançando e, entre as medidas de maior relevância, destacam-se: 1) a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para a ampla concorrência; 2) as cotas reservadas para negros nos concursos públicos do Poder Executivo Federal, instituídas pela Lei 12.990/2014 e; 3) o Decreto 13/2016/MEC, que cria Cotas nas Pós-Graduações, nos Institutos Federais de Ensino Superior e nas Universidades Federais.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e determina de acordo com o,

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

Nota-se, pois, que, frente a tamanha desigualdade, faz-se necessária uma política afirmativa com o recorte racial para se poder tentar amenizar tal situação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a diferença de idade/série dos estudantes negros comparada com a dos brancos ainda é grande. Enquanto apenas 4,5% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos ainda tentam terminar o ensino fundamental, e a grande maioria (65,7%) já cursa o ensino superior, 11,8% dos jovens pretos e pardos frequentam o ensino fundamental. A maioria (45,2%) ainda está no ensino médio e 35,8% chegou à faculdade. Isso se reflete no ensino superior, pois considerando a faixa etária entre 15 e 24 anos, 31,1% da população branca frequenta a universidade, enquanto entre pardos e pretos os índices são de 13,4% e 12,8%, respectivamente (IBGE, 2010).

Ressaltamos aqui, dentre as ações afirmativas, o sistema de cotas raciais, mecanismo voltado a minimizar a desigualdade racial presente na sociedade brasileira, que, segundo Gomes (2001, p. 40):

As cotas constituem uma dentre as diversas modalidades de ações afirmativas, portanto, podem ser definidas como mecanismos possíveis de implementação de políticas sociais públicas e privadas de reparação e de efetivação de direitos.

As cotas são mecanismos que possibilitam o acesso de grupos discriminados como negros e indígenas à educação superior, destacando-se, em nosso estudo, a população negra. A adoção dessas medidas continua sendo criticada, e isso indica que a luta continua.

O sistema de cotas raciais na UFGD foi implantado conforme a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Com a aprovação da lei de reserva de vagas, a UFGD passou a reservar, no processo seletivo de 2013, 25% de suas vagas para o sistema de cotas.

Essas vagas, no processo seletivo da UFGD de 2013, foram distribuídas conforme os dados do Censo 2010 do IBGE, sendo 2,94% para indígenas, 44,13% para pardos e 4,88% para negros. Assim, foram ofertadas 1.465 vagas, sendo 1090 para ampla concorrência (ou acesso universal, que são as vagas ofertadas independentemente

do sistema de cotas) e 375 reservadas aos cotistas, das quais 290 para negros e indígenas.

No processo seletivo de 2014, a UFGD passou a reservar 50% das vagas para o sistema de cotas, ano em que houve um agrupamento de pretos e pardos no vestibular. Em 2015 e 2016, foram ofertadas 962 vagas na modalidade presencial no processo seletivo da UFGD, sendo 492 para o sistema de cotas, das quais 300 foram reservadas para autodeclarados negros e indígenas.

OS FATORES QUE CONTRIBUEM OU DIFICULTAM A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Quando refletimos sobre os fatores que contribuem para a permanência ou não dos acadêmicos na universidade, observamos que existe a permanência material e a simbólica atuando diretamente nesse contexto.

Destacamos que o Programa de Assistência Estudantil, que tem contribuído para essa permanência, visa a garantir meios para os estudantes de baixa renda se manterem na universidade, porém ressaltamos que a pesquisa mostrou as dificuldades que eles enfrentam para acessar esses meios, conforme pontuam os entrevistados ao serem indagados:

Eu tenho o Cartão do Auxílio Transporte, que tem subsídio no pagamento da tarifa. Referente à bolsa permanência e ao vale alimentação, eu precisava e não consegui devido à burocracia com relação à documentação, preenchimento do questionário socioeconômico. Isso porque a região onde moro não dá alternativa para eu me enquadrar no questionário. Devido ser bem complexo a situação onde eu moro. [...] O questionário pede declaração de tudo. Até fui atrás do meu tio para fazer a declaração, **mas por ele ser analfabeto ficou difícil**. O questionário que a universidade oferece é muito eurocêntrico; ele pensa muito num padrão de família que já está ultrapassado (Andrey) (Grifos nossos).

Ainda não participo, estou providenciando os documentos, já conversei com uma colega que me informou que é muito burocrático (Talita).

Não participo, pois é muito burocrático (Pedro Gustavo).

Não participo (Miguel).

Não participo, estou esperando o resultado da avaliação socioeconômica para ter acesso à bolsa permanência e alimentação. Devido à greve dos técnicos, ainda não saiu o resultado (Maria).

Não participo de nenhum Programa (Eva).

As falas revelam que a maioria dos acadêmicos negros cotistas que foram entrevistados não participou do Programa de Assistência Estudantil da UFGD. Conforme já citamos, pode ser uma das dificuldades enfrentadas por eles a questão de não possuírem um recorte racial, ou ainda o fato de serem trabalhadores e optarem pelo seu salário, uma vez que o valor da bolsa é pequeno para o acadêmico carente.

Aqui nota-se que o racismo institucional de forma direta ou indireta também é um mecanismo que dificulta o acesso desses acadêmicos ao espaço universitário. Conforme ressalta López (2012, p. 122), “[...] um dos motivos de ausência parcial deste tipo de reflexão pode estar relacionado às dificuldades de as instituições reconhecerem esses mecanismos e se autoexaminarem como (re) produtoras de racismo”.

As respostas dos acadêmicos ao questionário *on-line* não foram diferentes, a maioria não participa do Programa. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de uma reflexão maior sobre os limites e alcances do Programa na UFGD, visto que a Assistência Estudantil, segundo Menezes (2012, p.73), “se trata de ações universais que vem de encontro às necessidades do estudante em busca de apoiar sua permanência na universidade com bom êxito acadêmico”.

É importante que se considere também a permanência simbólica, visto que a cultura acadêmica tem seus próprios códigos. Para Marques (2016, p.1081), “a mesma envolve todas as situações que geram conflitos. E se tratando dos negros ainda acarretaram fatores ligados ao o racismo institucional, o preconceito e a discriminação racial, os estereótipos”.

Com relação aos fatores que contribuem para a permanência averígua-se que a maioria aponta o desejo de concluir a educação superior, segundo as respostas dos entrevistados à indagação: Quais fatores contribuem para a sua permanência na universidade?

O fator que contribuiu foi a busca da afirmação da minha identidade. **Assim que eu comecei a estudar, tive disciplinas referentes aos Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais, e ali me encontrei. Eu via a minha história naquelas disciplinas e esse foi o fator que me instigou a permanecer.** Outro fator que me instigou a permanecer foi a realização de um sonho: provar para mim mesmo que uma pessoa negra pode entrar na Universidade, permanecer e concluir um curso. Hoje estou concluindo, praticamente já terminei e me sinto

muito melhor com a minha vida, com a minha identidade e por não ter desistido no meio do caminho. Também encontrei a professora Eugenia, que ministrou a disciplina que me instigou a buscar essa afirmação de identidade e ver que eu não estava sozinho. Ela me fez perceber que eu poderia contribuir também com outras pessoas na afirmação de sua identidade e na quebra de alguns preconceitos. Isso para mim foi fundamental. Também me instigou a participação nos eventos do NEAB e no grupo GEPRAFE. Eu coloco a professora Eugenia como uma das pessoas responsáveis pela minha permanência na Universidade, ela me ajudou muito (Andrey) (Grifos nossos).

O fator principal que está contribuindo é a minha vontade de me formar, ajudar as pessoas. A minha motivação é essa, terminar e poder fazer algo de bom para as pessoas. Tenho também os meus pais, que estão sempre me incentivando em tudo que quero fazer. Eles me apoiam em tudo. (Talita).

O fato de ser uma Universidade Federal (Pedro Gustavo).

Eu gosto do curso, eu vivo num local em que me sinto confortável (Miguel).

O desejo de me formar e trabalhar logo. Também tem alguns professores que incentivam muito os alunos (Maria).

A minha força de vontade (Eva)

Observa-se nos depoimentos que existem os fatores pessoais que contribuem para a permanência, mas há outros fatores que levam a universidade a contribuir diretamente, influenciando de forma positiva o êxito acadêmico. Um desses fatores pode ser o currículo e a formação dos docentes que são lotados para ministrar determinadas disciplinas. Na fala do acadêmico Andrey ficou claro que sua participação nas aulas da disciplina de Direitos Humanos contribuiu para a sua permanência. Ele relata: “sim que eu comecei a estudar tive disciplinas referentes a Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais³ em que me encontrei ali. Eu via a minha história nas naquelas disciplinas que foi um fator que me instigou a permanecer”. Percebe-se que, para esse acadêmico, cursar essas disciplinas foi significativo para a sua formação e o seu fortalecimento identitário, mas por se tratar de disciplina do eixo comum do REUNI, não são todos os acadêmicos que terão a oportunidade de cursá-la.

Nesse sentido, Gomes (1995, p. 44) afirma que:

[...] ao discutirmos a identidade do negro brasileiro não podemos dissociá-la de seu processo histórico. O resgate da cultura, a defesa da

³ Disciplinas do eixo comum da universidade instituída pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, cujo objetivo é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

igualdade social, econômica e educacional, com respeito às diferenças, só podem ser realizados se acompanhados da devida contextualização histórica desse grupo étnico/racial e da construção da memória.

As ações institucionais voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, por meio de disciplinas ou ações de extensão universitária, podem possibilitar o sentimento de pertença e a afirmação identitária. Outros elementos que são apontados nas respostas abaixo também revelam elementos pessoais, mas aspectos referentes ao institucional.

O apoio familiar, minha dedicação e sonho.

A minha participação na iniciação científica e eventos do NEAB.

Quero me formar e ter um bom emprego futuramente.

Ter uma graduação.

As disciplinas de relações étnico-raciais.

Por ser uma instituição de ensino federal.

Minha vontade própria.

Preparação para o mercado de trabalho. O fato de ser mulher e negra exige um esforço maior perante o desenvolvimento intelectual em relação aos demais estudantes.

A universidade possibilitou-me o acesso ao meu sonho de criança, graduar-me no curso de direito e advogar.

Ainda não sei.

Auxílio financeiro familiar e bolsa de extensão.

Identifica-se nesses depoimentos, que para esses acadêmicos negros, fazer parte desse contexto universitário trouxe mudanças significativas na trajetória pessoal e acadêmica, e que essas oportunidades se efetivaram em decorrência de uma agenda de governo que adotou políticas focalizadas e afirmativas. Sobre esse aspecto, Hall (2006, p. 320) afirma que:

Isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

É importante ratificar que essas políticas não são dádivas ou medidas oriundas do legislativo simplesmente, mas sim frutos das pressões sociais,

principalmente do Movimento Negro, articuladas com políticas de governo em momento histórico e profícuo, com a efetivação de medidas democráticas em prol das minorias.

Com relação aos fatores que dificultam a permanência dos sujeitos participantes da pesquisa na universidade, os aspectos principais estão diretamente relacionados à situação socioeconômica, como se pode verificar nas falas dos sujeitos nas entrevistas abaixo:

Os fatores que não contribuem para minha permanência são a minha situação financeira e a distância dos meus pais, pois moro aqui sozinha. Por exemplo, agora eu só vou vê-los nas férias, porque não é barata a passagem daqui para lá. E eles não têm como vir me ver, porque trabalham e o dinheiro é curto. É isso, e o que mais dificuldade é a saudade de casa (Talita).

Fatores financeiros, a utilização do transporte coletivo sempre lotado (Maria).

Falta de recursos para estudar (Eva).

Encontrei muitas dificuldades, principalmente relacionadas a transporte, porque a universidade fica longe da área urbana, aproximadamente quinze quilômetros de minha casa. E se trabalhar até tarde e depender de transporte coletivo não dá para ir, é muito lotado. Quando trabalhava, chegava também muito tarde em casa. A dificuldade maior é a questão da distância (Andrey).

O deslocamento até a universidade e alguns alunos que não conseguem dar importância ao curso. Isso deixa a sala inteira prejudicada (Pedro Gustavo).

Os aspectos socioeconômicos também são elementos presentes nas falas dos acadêmicos que responderam ao questionário *on-line*:

A minha situação financeira; utilização do transporte coletivo, poucos ônibus.

A dificuldade de conseguir participar do programa de assistência estudantil, pois minha situação financeira é baixa.

Falta de dinheiro, problemas financeiros, transporte público lotado, poucos ônibus.

Acho que de tudo um pouco; questões financeiras (aluguel, água, luz, gastos alimentícios, deslocamento), distanciamento familiar e estudar depois de um dia de trabalho pesado.

Minha situação financeira, a invisibilidade do negro. (Grifos nossos).

Falta de dinheiro, transporte coletivo sempre lotado, trabalhar durante o dia e estudar à noite.

Fatores financeiros e a distância da família.

Observa-se que o fator financeiro é o elemento comum nas falas dos acadêmicos, ou seja, as políticas afirmativas promoveram o acesso, mas a permanência é um aspecto que precisa ser acompanhado pela instituição, considerando-se que esses sujeitos continuam em vulnerabilidade socioeconômica. A pobreza contribui para as desigualdades sociais e educacionais. Cabe ressaltar que apesar dos fatores econômicos, a questão do racismo e da discriminação racial permeiam essas questões, ou seja, não se resolverá apenas com a melhoria de programas de assistência material, pois as dificuldades que os acadêmicos negros enfrentam na sociedade também ocorrem na universidade, de forma dissimulada ou intencional. A questão de discriminação no Brasil sempre existiu independente da questão financeira.

Observa-se que os acadêmicos, ao relatarem as dificuldades com o transporte coletivo, evocam a ausência desse debate da instituição com os órgãos públicos; a universidade não intervém para que esse transporte seja de qualidade para seus acadêmicos.

A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE COM O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Discutir a afirmação da identidade requer considerar que não se trata de algo inato, como pontua Gomes (2003, p. 41). Nesse sentido, notamos que a sua construção e o seu fortalecimento estão diretamente ligados às redes de relações com o outro.

Destacamos que as relações mantidas pelo sujeito influenciarão o fortalecimento de sua identidade, seja positiva ou negativamente. Vejamos a fala do entrevistado:

Com o acesso à universidade, a afirmação de minha identidade foi crescendo a cada dia, pois me deparei com professores que me deram a oportunidade de participar do NEAB e de um grupo de estudos, o que me abriu a mente em relação a minha raça. Também me encontrei nas disciplinas que trabalham a relação étnico-racial, e não posso me esquecer de que participei da PIVIC e da PIBIC, o que, acredito me auxiliou nessa afirmação (Andrey).

O depoimento de Andrey possui muitos significados e certamente demonstra que o acesso à educação superior ao conhecimento e à participação nos grupos de estudos propiciou o seu fortalecimento identitário. Ou seja, além das políticas para o acesso, a trajetória desse acadêmico na universidade foi marcada por situações que contribuíram também para a sua permanência.

Não vi mudança muito grande na questão da identitária com acesso à educação superior. O que tenho já trouxe comigo e não vi nenhuma ação que fizesse fortalecer a minha identidade. O que tem estado fortalecido é o meu desejo de concluir o curso e desempenhar a profissão almejada (Talita).

Não sei responder, pois não noto essa contribuição (Pedro Gustavo).

Em relação ao processo identitário, antes de entrar na universidade já tinha minha afirmação identitária (Miguel).

A universidade não interferiu, pois já me declarava negra (Maria).

Não interfere, sou o que sou (Eva).

Percebe-se, nas respostas dos demais acadêmicos entrevistados, que os mesmos não perceberam que o acesso à educação superior contribuiu para o seu fortalecimento identitário, contudo é inegável que apesar dessa negação, eles passarão por um processo de ressignificação identitária e suas identidades não serão as mesmas.

Quando o acadêmico Andrey relata que a afirmação da sua identidade ia crescendo a cada dia, porque se deparou com professores que o levaram a participar das atividades do NEAB, do grupo de estudos, do PIVIC e do PIBIC, nota-se que essas oportunidades não ocorreram para os demais, ou seja, a depender do curso em que o acadêmico está inserido e das atividades que ele realiza, poderá ou não ter essas experiências.

Nota-se, pois, que as ações são pontuais, desenvolvidas por alguns docentes, ou seja, não é um processo coletivo ou de projetos institucionais.

Nas respostas do questionário também identificamos situações em que a participação dos acadêmicos nas ações desenvolvidas pelo NEAB possibilitou seu fortalecimento identitário.

Sim, confesso que me sentia confuso. A universidade foi um ponto de encontro pessoal onde pude ingressar em um ambiente tão plural que abalou minhas concepções a respeito do mundo como um todo. Sou pardo, filho de negro com caucasiana, e me orgulho muito de minha história e de minha família. A participação nos eventos do NEAB me possibilitou o empoderamento e o conhecimento necessário para

aceitar meu lugar real na sociedade: um brasileiro com os mesmos direitos de todos os outros, e não me sujeitar, abaixar a cabeça, recebendo como normais as piadinhas ignorantes e grosseiras.

Outra acadêmica afirma que a participação nas atividades do NEAB também contribuiu para o seu fortalecimento identitário.

Sim, com o contato com os eventos do NEAB passei a ter orgulho da minha **cor, dos meus traços e do meu cabelo**; deixei velhos preconceitos para trás e me sinto capaz de inspirar outras pessoas a lutarem por seus sonhos. (Grifos nossos).

Diferentes elementos têm sido utilizados pela população negra para a marcação identitária, e o cabelo tem sido um desses elementos que indicam o “pertencimento”, a escolha por uma estética que rompe e que se contrapõe às imposições culturais relacionadas ao cabelo “bonito”, “bom”, “liso”, impostos pela cultura eurocêntrica, de ética e estética ditas superiores.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as).

Evidenciamos que a universidade precisa mesmo discutir a efetivação do sistema em seus cursos, deixando claro o direito dos acadêmicos, a origem e a legalidade das cotas. Mostrar, enfim, a função das cotas que estão utilizando na instituição para contribuir com o fortalecimento da identidade negra no espaço universitário e garantir que o espaço acadêmico reflita a função da universidade: ser um ambiente plural, intercultural, democrático, ético e acolhedor.

Um fator importante destacado na pesquisa, e que contribui para afirmação da identidade, é a participação do cotista nos eventos do NEAB/UFGD. Isso ficou evidente pelas respostas dadas à questão: Você participa dos eventos promovidos pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal da Grande Dourados?

Eu procuro participar dos eventos promovidos pelo NEAB, importantes para a minha vida acadêmica e para a sociedade como um todo. Assim eu posso colaborar e de certa forma retribuir o que eu ganhei. Estou conseguindo firmar minha identidade cada dia mais, descobrir o meu pertencimento e o sentimento de pertencer a um grupo de pessoas que sofrem na sociedade por discriminação, por preconceito. Então sempre participei do Neab por ser uma forma de manifestação e colaboração (Andrey).

Outros acadêmicos que responderam ao questionário *on-line* assinalaram que:

Discussões sobre etnia, miscigenação e classe social me fizeram ter orgulho de meus ancestrais, principalmente por ser contra a estatística, pois sou pobre e parda e estou em uma universidade federal, elitizada, sim, mas faço parte do começo da mudança.

Os debates realizados no NEAB e os estudos do tema me auxiliaram a questionar e a fortalecer minha identidade.

Tenho me agarrado a minha negritude após minha participação nos eventos do NEAB.

Diante dos depoimentos, verifica-se que o NEAB/UFGD⁴ tem contribuído para o fortalecimento da identidade dos acadêmicos que participam de seus eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que entre os fatores que dificultam a permanência estão o preconceito, a discriminação racial e racismo institucional, fatores que interferem no fortalecimento identitário. Indica também que os sujeitos da pesquisa enfrentam muitas dificuldades para se manterem na universidade, daí a necessidade de a instituição ampliar as ações que visam à permanência material e simbólica.

Reconhecemos que o Movimento Negro foi um elemento imprescindível no processo de reivindicar os direitos e de pressionar os governos para que adotassem políticas públicas de promoção da igualdade racial. Nascimento (2007) sinaliza que a pressão do Movimento Negro, por meio de denúncias das desigualdades, concretizou as políticas afirmativas; as cotas raciais são exemplo dessas conquistas que garantiram o acesso da população negra à educação superior, transformando o espaço acadêmico das universidades do Brasil.

Nesse contexto, observa-se que tem sido importantíssimo o acesso à educação superior. A universidade precisa adotar uma política de permanência que considerem os aspectos materiais e simbólicos, visto que esses aspectos precisam ser

⁴ Sobre as ações do NEAB/UFGD ver MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; SILVA, Wilker Solidade, 2016.

revistos para que a universidade seja de fato um ambiente propiciador de valorização e fortalecimento de identidades, valorizando e respeitando as diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan/jun., 2003.

HALL, Stuart . **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz T. da Silva G. Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil:** evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão n.º 807. Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidência>. Acesso: 1 mar. 2017..

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar., 2012.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Acesso de negros e indígenas na educação superior e os desafios para a permanência. **Anais... XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR**, Universidade Estadual de Maringá - 18 a 20 de maio de 2016

MENEZES, S. C. **Assistência estudantil na educação superior pública**: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago., 2009.

NASCIMENTO, Alexandre do. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: O movimento dos cursos pré-vestibulares populares. **II SEMINÁRIO NACIONAL - MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA**. Anais... Florianópolis: UFSC, 25 a 27 de abril de 2007. Disponível em:

<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/alexandre_do_nascimento.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.